

**SANTANDER PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE  
FUNDOS DE PENSÕES SA****RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
EXERCÍCIO 2015****Enquadramento Macroeconómico****Economia Internacional**

A economia mundial, em 2015, desacelerou face ao ano anterior, com um crescimento previsto apenas marginalmente acima de 3%, o ritmo mais lento desde a Grande Recessão. À semelhança do ano transato, a desaceleração resultou sobretudo da deterioração das condições económicas nas economias emergentes, não sem efeitos de contágio às economias desenvolvidas, em especial as que têm maiores volumes de comércio mundial com a China, como os EUA e o Japão.

A necessidade de ajustamento económico nas economias emergentes, para corrigir desequilíbrios gerados, no modelo de crescimento ou ao nível das contas públicas, e a descida dos preços das matérias-primas são alguns fatores de risco considerados pelo FMI nas suas projeções de Janeiro de 2016.

**Crescimento Económico Mundial**

	2013	2014	2015
<b>Mundo</b>	<b>3,3</b>	<b>3,4</b>	<b>3,1</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>1,1</b>	<b>1,8</b>	<b>1,9</b>
EUA	1,5	2,4	2,5
UEM	-0,3	0,9	1,5
Reino Unido	1,7	2,9	2,2
Japão	1,6	0,0	0,6
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>5,0</b>	<b>4,6</b>	<b>4,0</b>
África	5,2	5,0	3,5
Ásia	7,0	6,8	6,6
China	7,7	7,3	6,9
Europa de Leste	2,9	2,8	3,4
Médio Oriente	2,3	2,8	2,5
América Latina	2,9	1,3	-0,3
Brasil	2,7	0,1	-3,8

Fonte: FMI (Janeiro de 2016)

Nos EUA, a dinâmica de crescimento caracterizou-se por alguma volatilidade, com um ritmo de expansão mais lento nos primeiro e quarto trimestres, afetado inicialmente por condições climatéricas adversas, e posteriormente pela dinâmica do investimento. A redução do preço do petróleo, que caiu já em 2016 para mínimos desde 2003, abaixo dos 30 dólares por barril, afetou o investimento em fontes alternativas de crude, como o petróleo e gás de xisto.

Apesar da volatilidade gerada pela evolução destas componentes da procura agregada, o consumo privado manteve um crescimento sustentado, apoiado pela descida da taxa de desemprego para 5,0%, o nível mais baixo desde 2007.

Handwritten signatures and initials, including "L.A.S.", "N.", and "J. W."

A Reserva Federal dos EUA iniciou o ciclo de subida das taxas de juro de referência em Dezembro, com a subida da taxa dos Fed funds para 0,25%, depois de, em Setembro, ter mantido a política monetária inalterada, na sequência da maior volatilidade dos mercados acionistas observada durante o Verão. Esta foi a primeira subida das taxas de juro de referência desde 2008, e concretizou o primeiro ciclo de subida de taxas desde 2006.

No entanto, e reconhecendo os riscos latentes, a Reserva Federal: (i) decidiu utilizar a remuneração das reservas excedentárias detidas pelo setor bancário junto da FED como instrumento de normalização gradual da política monetária; e (ii) sinalizou que o ritmo de subida de taxas de juro continuaria dependente da evolução dos principais indicadores económicos.

No Reino Unido, o crescimento económico desacelerou em 2015, fruto de um contributo mais negativo das exportações líquidas, refletindo o maior dinamismo do consumo privado e do investimento empresarial (que se refletiu sobre as importações) e a apreciação cambial, em especial face ao euro (quase 10%, em média anual).

O Banco de Inglaterra manteve o cariz expansionista da política monetária inalterado, apesar de alguns membros do Comité de Política Monetária terem, durante grande parte de 2015, defendido uma subida muito gradual das taxas de juro de referência. Contudo, a ausência de pressões inflacionistas, suportou a decisão de não alteração.

No Japão, a atividade económica recuperou, após a estagnação registada em 2014, fruto de uma dinâmica mais favorável do consumo privado, assim como das exportações. O ritmo, contudo, continuou caracterizado por alguma volatilidade, associada ao processo de consolidação orçamental. O Banco do Japão manteve uma política monetária claramente expansionista, tendo anunciado uma extensão das maturidades da dívida pública a adquirir, assim como a possibilidade de aquisição de ETFs e REITs.

Na China, a desaceleração do crescimento económico, para 6,9% em 2015, alimentou expectativas de que esse processo pudesse ser mais pronunciado e a segunda maior economia mundial pudesse estar a caminhar para um cenário de “hard landing”, em especial porque alguns indicadores de curto prazo revelaram uma dinâmica mais adversa, na sua evolução face ao período homólogo. As autoridades adotaram um conjunto de medidas destinado a apoiar a recuperação, incluindo a descida das taxas de juro, proibição de venda por investidores institucionais e a intervenção nos mercados acionistas, mas que não impediram uma forte correção do principal índice acionista, que caiu cerca de 39% dos máximos de Junho até ao início de Outubro (após uma valorização de 48% desde o início de 2015 até ao pico de Junho). No final do ano, o índice registava uma apreciação de 6% face ao nível do início do ano.

A principal medida adotada pelas autoridades foi a flexibilização da evolução cambial, que conduziu a uma desvalorização do yuan em 1,9%, que foi a mais pronunciada em 20 anos, no contexto da alteração do regime de indexação cambial, que passou a evoluir em linha com o mercado, e que antecedeu a decisão do FMI em incluir o yuan no cabaz de moedas que compõem os “Direitos de Saque Especial”, a unidade de conta do FMI.

	PIB	Inflação
<b>UEM</b>	<b>1,6</b>	<b>0,0</b>
Alemanha	1,7	0,1
França	1,1	0,1
Espanha	3,2	-0,6
Itália	0,8	0,1

Fonte: CE (Fevereiro de 2016)



Na zona euro, o PIB acelerou, com um crescimento de 1,6% no conjunto do ano, ligeiramente acima das expectativas de início do ano, em que terá havido um efeito positivo da política monetária não-convencional do BCE, em especial ao nível da confiança económica.

Em Janeiro de 2015, o BCE anunciou a terceira vertente do seu programa de aquisição de ativos financeiros, no âmbito do qual passou a adquirir dívida emitida por entidades públicas (nacionais e supranacionais), num montante global de 60 mil milhões de euros (incluindo os programas já em curso desde o final de 2014 de aquisição de obrigações hipotecárias e de securitizações de créditos).

Este programa, inicialmente previsto ser mantido até Setembro de 2016, foi prolongado, em Dezembro, até Março de 2017, ao mesmo tempo que o BCE disse começar a ponderar adquirir novos tipos de ativos financeiros. Já em 2016, o BCE anunciou estarem em estudo novas formas de reforçar a política não-convencional. Até ao final de Janeiro de 2016, o BCE adquiriu cerca de 700 mil milhões de euros de ativos, dos quais 600 mil milhões de dívida pública (e, destes, 11 mil milhões de dívida portuguesa).

A inflação, contudo, permaneceu claramente abaixo do objetivo do BCE, de “próximo, mas abaixo de 2,0%”, refletindo o “output gap” gerado durante a crise, o ajustamento estrutural em curso em alguns países, e os efeitos da descida do preço do petróleo. As medidas do BCE têm um impacto sobretudo ao nível das expectativas dos agentes económicos, no combate a expectativas deflacionistas.

Já em Dezembro, e fruto de nova descida das expectativas de inflação, o BCE desceu a taxa de depósito para -0,3%, colocando nova pressão adicional sobre as taxas de juro de curto prazo, assim como sobre a taxa de câmbio do euro.

Apesar da melhor dinâmica económica em 2015, houve um conjunto de percalços, na sequência da crise das dívidas soberanas, que entrou numa nova fase, na Grécia, onde se realizaram duas eleições legislativas e um referendo, num contexto de deterioração das condições económicas e de elevada incerteza.

As primeiras eleições gerais, em Janeiro, resultaram na vitória do Syriza, após o que se seguiu um período de negociações para extensão do anterior programa, o qual se prolongou até Junho, sem que fosse alcançado um acordo. Nessa data, o Governo anunciou a realização de um referendo sobre as propostas das instituições europeias, que se realizou em 5 de Julho. O quadro de elevada incerteza que se verificou durante o primeiro semestre do ano resultou num agravamento da atividade económica, que voltou a contrair, e as contas públicas anularam o excedente primário gerado nos últimos meses de 2014.

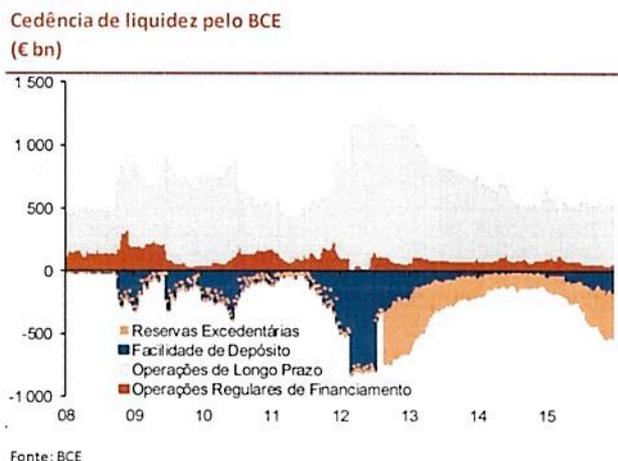
A convocação do referendo gerou uma deterioração do sentimento económico e um movimento de corrida aos bancos, que levou à imposição, pelo Governo, de controlos de capitais (encerramento temporário dos bancos e limites aos levantamentos bancários), para travar a saída de depósitos (nos primeiros seis meses do ano, os depósitos de privados reduziram-se em quase 40 mil milhões de euros).

Apesar de uma expressiva maioria a favor do “não” às propostas, o agravamento da situação de liquidez da economia levou o Governo a solicitar um terceiro programa de apoio. Esse pedido foi aceite na Cimeira do Euro de 12 de Julho, num contexto político muito complexo, onde todos os cenários, incluindo o de saída temporária pela Grécia da zona euro, estiveram sobre em aberto.

Espanha e Irlanda voltaram a ser duas das economias mais dinâmicas da zona euro, com crescimentos de 3,2% e 6,9%, respetivamente. Espanha realizou eleições gerais, em Dezembro, que

TK1  
N  
J  
EU

culminaram num Parlamento mais fragmentado, em que o PP voltou a ser o partido mais votado, mas sem possibilidade de formação de um governo sem um amplo apoio partidário.



O programa de “quantitative easing” implementado pelo BCE, nas suas diferentes vertentes (aquisição de securitizações de créditos hipotecários, de obrigações hipotecárias e de dívida de entidades do sector público) materializou-se num aumento da liquidez excedentária na economia. Em simultâneo, o programa de operações direcionadas de prazo alargado (TLTRO, na sigla inglesa) conduziu a um aumento do prazo das operações de refinanciamento junto do BCE, em detrimento de uma redução das operações de refinanciamento de prazo regular (MRO).

Em consequência do aumento da liquidez excedentária, num contexto de taxa de depósito negativa (desde junho de 2014, tendo descido para -0,3% em Dezembro de 2015), as taxas de juro de curto prazo foram progressivamente entrando em terreno negativo. No caso da taxa Euribor 3 meses isso ocorreu no final do primeiro trimestre, numa tendência que se manteria até ao final do ano. Ainda em 2015, também a taxa para o prazo dos 6 meses passaria a ser negativa.

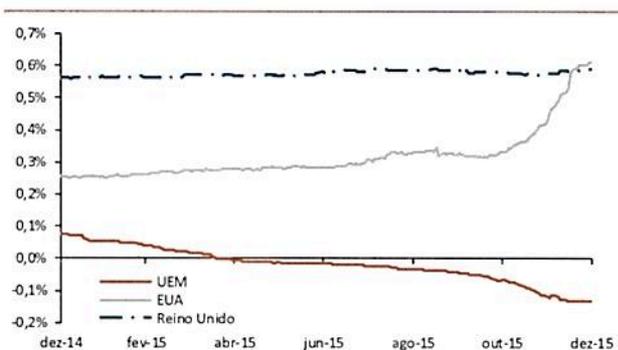
Nos EUA, a Reserva Federal manteve sempre uma linha de discurso orientada para o início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que viria a concretizar apenas em Dezembro. Em antecipação, mas em especial no quarto trimestre, assistiu-se a uma subida das taxas de juro de curto prazo, com a taxa Libor 3 meses a atingir 0,6% no final do ano.

As taxas de juro da libra esterlina caracterizaram-se por uma relativa estabilidade, já que o Comité de Política Monetária do Banco de Inglaterra votou sistematicamente pela manutenção das taxas de juro de referência nos mínimos históricos, fruto das reduzidas pressões inflacionistas, e apesar do forte crescimento económico.

EM



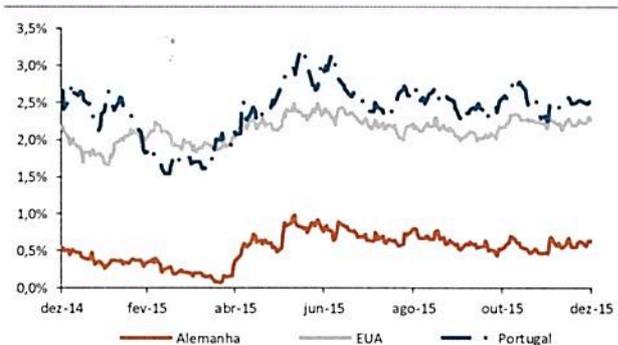

### Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, na zona euro, registaram uma tendência de descida durante os primeiros meses do ano, influenciadas pelo programa de aquisição de dívida pública implementado pelo BCE. A yield dos 10 anos reduziu-se para 0,1% na Alemanha e para 1,5% em Portugal, em Abril, para posteriormente rever tendência. Em Junho, as yields subiram para 1% na Alemanha e 3% em Portugal. Esta evolução refletiu dinâmicas distintas: por um lado um movimento generalizado de subida das taxas de juro de longo prazo, incluindo nos EUA; por outro lado, o agravamento da situação na Grécia, com o referendo ao programa de ajustamento e subsequente convocatória de eleições antecipadas, que conduziram ao agravamento dos spreads de crédito na Europa, em especial nos países ditos “periféricos”.

### Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Efetivamente, os spreads de crédito soberano que tinham registado mínimos históricos durante o mês de Março, quando o BCE iniciou o programa de aquisição de dívida pública, e começaram a subir durante o segundo trimestre, com um agravamento total de cerca de 100pb para Portugal e de cerca de 50pb para Espanha e Itália, refletindo os efeitos de contágio da deterioração da situação económica e financeira na Grécia.

No decurso do segundo semestre, o spread de Portugal estabilizaria abaixo de 200pb, mas com um aumento da volatilidade associada ao processo eleitoral.

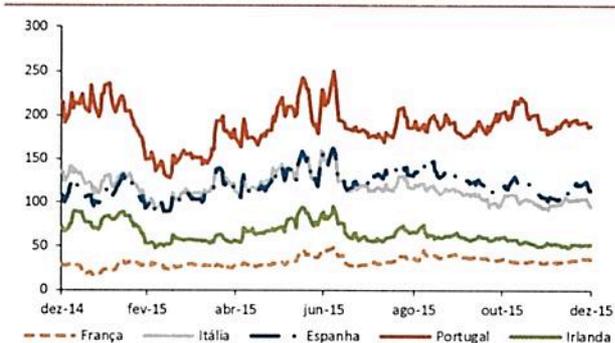
Também em Espanha se assistiu, no segundo semestre, a uma descolagem dos níveis de spread observados para a

Itália, com as perspetivas eleitorais (primeiro com a vitória do Podemos e seus aliados nas eleições locais de Maio, depois com o “referendo” sobre a autodeterminação na Catalunha, em Setembro, e

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the word "EX" and several illegible signatures.

posteriormente com as eleições gerais de Dezembro) a influenciarem o sentimento dos investidores.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

No mercado cambial, o euro continuou a depreciar face à generalidade das divisas, refletindo a maior divergência entre a política monetária do BCE e a dos principais bancos centrais dos países desenvolvidos. Com efeito, o BCE desceu a taxa de depósito para níveis negativos, e implementou um ambicioso programa de medidas não-convencionais, enquanto nos EUA e, em menor escala, no Reino Unido, as perspetivas eram de uma subida das taxas de juro de referência.

Face ao dólar, o euro terminou o ano a cotar em 1,09 dólares, depois de ter testado mínimos próximos de 1,05 (o nível mais fraco do euro desde 2003). Ainda que o BCE não tenha um objetivo cambial, houve certa coincidência entre o anúncio de alterações de política e os momentos em que o euro testava máximos do ano face ao dólar.

A taxa de câmbio efetivo do euro (que considera as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro) depreciou, em consonância, reforçando os mínimos de 2002.

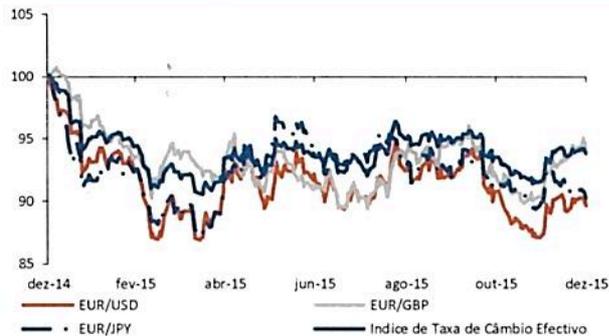
No mercado cambial, destacaram-se dois eventos marcantes. Em Janeiro, o Banco Nacional da Suíça (SNB) abandonou a ligação que tinha com o euro (uma taxa de câmbio em redor de 1,2 francos por euro), após intervenções cambiais mais volumosas e em antecipação ao programa de “quantitative easing” do BCE, que poderia exigir mais intervenções por parte do SNB. Após uma apreciação até 0,96 francos por euro, assistiu-se a uma progressiva correção, fechando o ano em 1,09 francos.

Em Agosto, a China alterou o regime cambial, com a fixação do câmbio de referência a refletir mais as variações diárias de mercado, o que resultou numa depreciação do yuan para cerca de 6,4 yuan por dólar (uma depreciação de 2%, muito superior às flutuações dos últimos anos).

Esta decisão foi adotada no período de maior volatilidade dos mercados acionistas e percecionada pelos investidores como um instrumento adicional para apoiar a recuperação da atividade económica.

Uma razão fundamental para que autoridades chinesas adotassem um regime cambial mais consonante com as dinâmicas de mercado foi a antecipação à decisão pelo FMI, em Novembro, de incluir o yuan no cabaz de referência dos “Direitos de Saque Especiais”, a unidade de conta do FMI, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2016.

ER1.  
  


**Principais Taxas de Câmbio  
(Dez-2014 = 100)**


Fonte: BCE

Os mercados acionistas registaram, em 2015, um comportamento caracterizado por uma maior volatilidade, em especial no segundo semestre do ano.

Nos primeiros meses, a generalidade dos mercados observou uma maior valorização, em antecipação às medidas expansionistas que o BCE viria a implementar a partir de Março. Os EUA foram a exceção, com a discussão recorrente sobre o início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, assim como pela inesperada desaceleração da atividade económica no primeiro trimestre do ano.

No início do segundo semestre, as incertezas quanto à evolução da economia chinesa culminaram numa forte correção dos mercados, com desvalorizações pronunciadas que anularam os ganhos do início do ano, na Europa (e na China, já que durante todo o primeiro semestre os principais índices valorizaram de forma acentuada, apesar de já nesse período os dados económicos indicarem uma desaceleração da atividade). No final do ano, a tendência de valorização seria retomada, com valorizações de 3,9% na Europa e 9% no Japão.

**Mercados Accionistas  
(Dez-14 = 100)**


Fonte: Bloomberg

O mercado acionista português registou uma valorização de 10% no ano, sendo que no final do primeiro trimestre tinha registado uma valorização de cerca de 30%, após uma forte depreciação registada em 2014. O índice PSI20 beneficiou da dinâmica das empresas de retalho, utilities e indústria, com valorizações superiores a 30% no ano, enquanto, com uma dinâmica adversa, se destacaram o setor bancário (e que culminaria, em Dezembro, com a resolução do Banif) e de construção, bem como a situação específica da Pharol (ex-PT SGPS).

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including the number '57' at the top and several illegible signatures below.

A generalidade das matérias-primas registou uma forte desvalorização ao longo do ano de 2015, num contexto de expectativas de abrandamento da economia mundial, em especial da China, que nos últimos anos tem sido o país responsável pelo maior crescimento da procura.

O petróleo foi a matéria-prima cuja descida de preço se tornou mais visível, desvalorizando para cerca de 35 dólares por barril no final do ano, o nível mais baixo desde 2004, ou seja, uma redução do preço de cerca de 40%. Ao longo do ano, e apesar das perspetivas de menor procura, os principais países produtores, nomeadamente a Arábia Saudita, decidiram manter a produção, mesmo tendo em consideração o reinício das exportações de crude pelo Irão.

O preço das demais matérias-primas evoluiu de forma similar, com uma clara tendência de depreciação, e caindo para mínimos históricos.

O ouro também corrigiu para mínimos históricos, ligeiramente acima dos 1,050 dólares por onça no final do ano, sendo que apenas viria a assumir papel de refúgio mais claro já em 2016, quando a generalidade dos mercados acionistas corrigiu em baixa.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

### Economia Portuguesa

A economia portuguesa, em 2015, consolidou a trajetória de recuperação iniciada em meados de 2013, com o PIB a crescer 1,5%, acelerando face aos 0,9% registados em 2014, e após a contração acumulada de 6,8% observada entre 2010 e 2013.

#### Dados Macroeconómicos

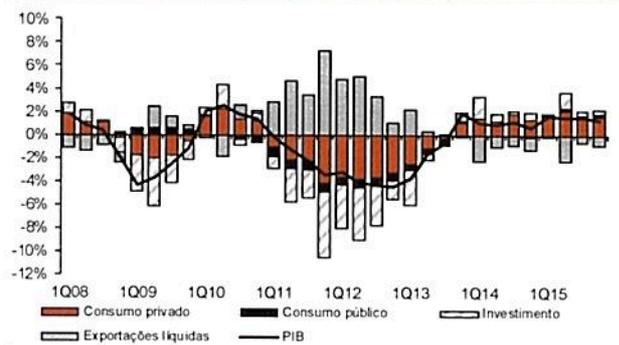
	2013	2014	2015
<b>PIB</b>	<b>-1,1</b>	<b>0,9</b>	<b>1,5</b>
Consumo Privado	-1,2	2,2	2,6
Consumo Público	-2,0	-0,5	0,8
Investimento	-5,1	5,5	3,6
Exportações	7,0	3,9	5,1
Importações	4,7	7,2	7,3
Inflação média	0,3	-0,3	0,5
Desemprego	16,2	13,9	12,4
Saldo Orçamental (% do PIB)	-4,8	-4,4	-3,2
Dívida pública (% do PIB)	129,0	130,2	128,9
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	3,1	1,6	1,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças



No entanto, a dinâmica de crescimento não foi uniforme ao longo do ano, com o crescimento homólogo de cerca de 1,7% no início do ano e a desacelerar para cerca de 1,3% no último trimestre do ano, sobretudo devido a um abrandamento do investimento. No conjunto do ano, o crescimento económico foi claramente suportado pela procura interna, em especial pelo consumo privado, já que as exportações líquidas tiveram um contributo negativo para o crescimento, como já tinha ocorrido em 2014.

**Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)**

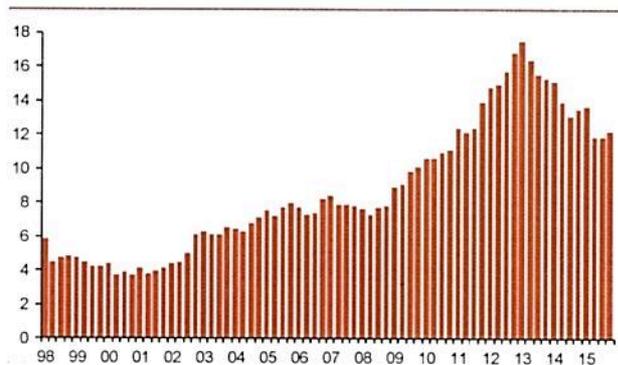


Fonte: INE

O consumo privado cresceu 2,6%, beneficiando da melhor evolução da despesa em bens duradouros, sobretudo no primeiro semestre, período durante o qual esta componente cresceu cerca de 15% em termos homólogos, em linha com o forte dinamismo das vendas de automóveis ligeiros. No segundo semestre, apesar de o ritmo de expansão se ter mantido forte, assistiu-se a uma ligeira desaceleração. As restantes componentes do consumo (bens alimentares e bens e serviços correntes não alimentares) mantiveram ritmos de crescimento sustentados, em redor de 2,5%, em média anual. O mais forte crescimento do consumo foi acompanhado de uma descida da taxa de poupança, para cerca de 4% do rendimento disponível.

A taxa de desemprego desceu para 12,2% no quarto trimestre de 2015, mantendo a tendência de redução iniciada no primeiro trimestre de 2013, mas verificando-se uma moderação do ritmo de descida, em linha com o abrandamento do crescimento económico, em especial do investimento.

**Taxa de Desemprego**



Fonte: INE

O investimento, com efeito, foi a variável que menos contribuiu para o crescimento, em especial durante o segundo semestre do ano, quando registou dois trimestres de contração em cadeia. Esta



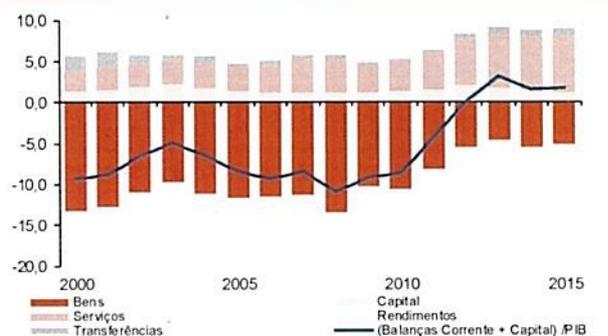
evolução resultou da redução da despesa de capital em máquinas e equipamentos, assim como em material de transporte, que tinham tido uma evolução bastante positiva nos trimestres anteriores. A aproximação do ato eleitoral e incerteza associada poderão ter contribuído para algum adiamento de decisões de investimento, mas para as quais continuam a existir fundamentações, sobretudo ao nível das empresas exportadoras, como se pode concluir do inquérito ao investimento, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

A procura externa líquida manteve, ao longo de 2015, um contributo negativo para o crescimento, prolongando a tendência já observada durante o ano de 2014. No entanto, as exportações de bens e serviços tiveram uma performance bastante positiva, com um crescimento anual de 5,1%, em termos reais, registando assim uma clara aceleração face ao ano transato. Contudo, no segundo semestre, ocorreu uma desaceleração das vendas para o exterior, na sequência do abrandamento em alguns mercados de relevo, em especial para Angola.

As importações cresceram 7,3% em 2015, acelerando marginalmente face a 2014, mas numa tendência marcada pelo mais forte crescimento no primeiro semestre do ano, já que na segunda metade de 2015 as compras ao exterior cresceram cerca de 5%. As importações de bens de investimento continuaram a ter o maior contributo para o crescimento das importações, mas também as aquisições de bens de consumo foram dinâmicas.

A balança de bens e serviços reforçou a posição excedentária, para 1,7% do PIB, consolidando assim a correção do desequilíbrio externo iniciada durante o período de ajustamento económico, destacando-se a clara melhoria do saldo de bens e serviços, com Portugal a ganhar, um ano mais, quota de mercado externo. Apesar do ainda elevado endividamento externo, o défice da balança de rendimentos tem-se mantido em redor de 2% do PIB.

Balança Corrente e de Capital  
(% PIB)



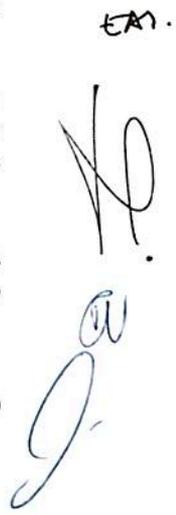
Fonte: Banco de Portugal, INE

A posição de investimento internacional continua a evoluir positivamente, em linha com a melhoria do saldo externo, com uma redução da situação negativa para 109,4%, uma redução de 4,9pp face a 2014.

A execução orçamental de 2015, na ótica da contabilidade nacional, registou um défice de 4,2% do PIB, mas influenciado por fatores pontuais, como seja a resolução do Banif, implementada já no final de Dezembro. Sem o impacto desta operação (1,2pp do PIB e de outros fatores pontuais) o défice terá sido de 3,1%, uma redução face aos 4,5% registados em 2014.

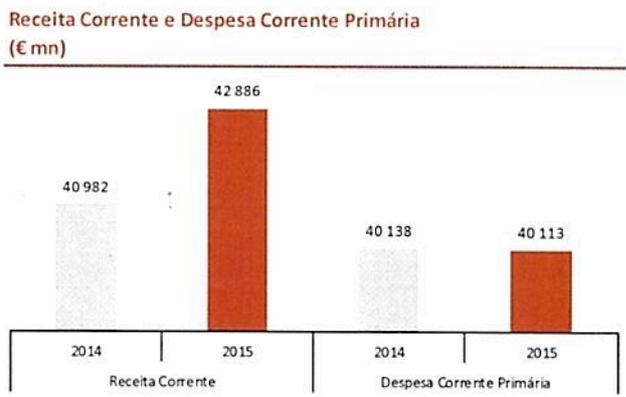
A receita fiscal cresceu cerca de 5% em 2015, fruto sobretudo da dinâmica dos impostos indiretos e, em especial do IVA, que cresceu 7,4%. A receita de IRS caiu 1,3%, fruto das alterações ao

EA



Código do IRS, mas também devido ao impacto que a descida das taxas de juro teve sobre o imposto arrecadado sobre os depósitos de particulares.

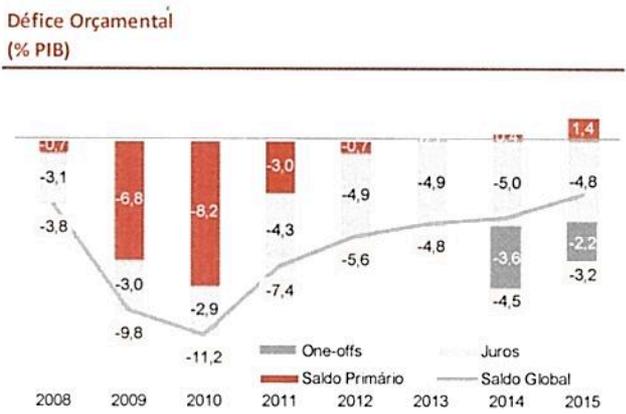
A despesa primária contraiu 0,1%, fruto da descida da despesa com pessoal, mesmo considerando o impacto da reposição salarial que iniciou no ano de 2015.



Fonte: Ministério das Finanças

Em contabilidade nacional, nos anos de 2014 e 2015, o saldo orçamental esteve afetado pelas medidas de resolução aplicadas ao BES e Banif, respetivamente. Em 2014, foi registado o empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução, no montante de 3,9 mil milhões de euros, e em 2015 foi registada a injeção de liquidez no montante de 2,2 mil milhões de euros. São medidas não-recorrentes, que não afetam a dinâmica orçamental de base.

Estas mantiveram uma trajetória de melhoria sustentada, como refletido no aumento do excedente do saldo primário para 1,4% do PIB, após dois anos em que o saldo já esteve próximo do equilíbrio.



Fonte: Ministério das Finanças

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência Standard and Poors, para BB+ (um nível abaixo do nível de investment grade), com outlook estável. As demais agências mantiveram o rating inalterado.

Durante o ano, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e tirando proveito da descida das taxas de juro de longo prazo para emitir um maior volume de dívida

*Handwritten signature and initials*

de longo prazo e amortizar antecipadamente os empréstimos ao FMI. Deste modo, em 2015, o Tesouro emitiu, em termos líquidos, quase 13 mil milhões de euros de Obrigações do Tesouro, e amortizou 8,5 mil milhões de euros do empréstimo do FMI.

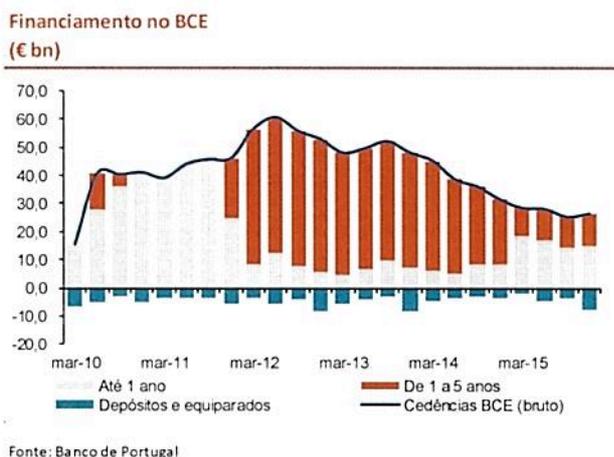
As principais condicionantes do setor financeiro, em 2015, estiveram relacionadas, por um lado, com o processo de venda do Novo Banco, que veio a ser cancelado em Setembro, para posteriormente ser retomado em 2016.

Por outro lado, em Dezembro, e após um processo inconclusivo de venda da participação do Estado, o Banif foi alvo de uma medida de resolução, por parte do Banco de Portugal, ao abrigo da qual parte dos ativos e passivos da instituição foram vendidos ao Banco Santander Totta.

Estas alterações no setor financeiro tiveram repercussões sobre a evolução do stock de crédito, mas em particular no crédito a empresas, já que houve um processo de “carve out” de créditos em situação de incumprimento, assim como de créditos a setores específicos de atividade (como os de construção e atividades imobiliárias). Em consequência, o crédito a empresas acentuou o ritmo de contração no mês de Dezembro, com uma queda anual de cerca de 5%.

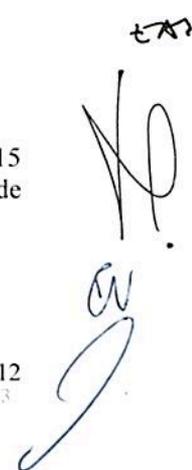
Ao longo do ano, os fluxos de novo crédito a particulares aumentaram de forma pronunciada, quase duplicando face aos volumes produzidos em 2014. No entanto, permanecem ainda muito abaixo dos níveis de produção verificados antes da crise e do processo de ajustamento. Ao nível do crédito a empresas, os volumes mantiveram-se estáveis durante quase todo o ano, sendo perceptível um aumento ligeiro no último trimestre do ano.

O setor financeiro nacional continuou a reduzir o financiamento junto do BCE, apesar dos programas de cedência de liquidez e de “quantitative easing” que esta instituição manteve durante o ano. O crescimento dos depósitos de particulares e a redução do crédito permitiram continuar o processo de desalavancagem do setor, que em Setembro tinha um rácio crédito/depósitos de 104%. No final do ano, os bancos nacionais estavam financiados em 26,1 mil milhões de euros (20 mil milhões quando ajustado dos depósitos junto do BCE, o que compara com 27,7 mil milhões no final de 2014).



O volume sob gestão de Fundos de Pensões, geridos pela Santander Pensões, situou-se nos 915 milhões de euros no final do ano de 2015, tendo registado uma subida de 0,4% face ao ano de 2014.

### Governo Societário



O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais

1. O capital social da sociedade é detido na totalidade pela Sociedade Santander AM Holding SL, cuja sede se situa em Boadilla del Monte, Avenida de Cantábria S/N – Ciudad Grupo Santander, registada no Registro Mercantil de Madrid em Hoja M-202065, Tomo 12663, Folio 161, No. (CIF) B-81888216).
2. As acções representativas do capital são todas das mesmas espécies e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo.

A transmissão de acções entre accionistas é livre. A transmissão de acções a terceiros é limitada pelo direito estatutário de preferência a favor dos accionistas, conferido e regulado no artigo sexto do contrato de sociedade.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem acções.

Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito de, pelo menos, cem acções na sociedade, desde o oitavo dia anterior à data de realização da mesma.

4. Uma vez que o capital está concentrado na titularidade de um único accionista, não existem, naturalmente, acordos parassociais.
5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e um Fiscal Único.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

A 29 de Abril de 2015 foram alterados os estatutos da sociedade por forma a prever a possibilidade de o Conselho de Administração se reunir quatro vezes por ano.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista da sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

tas.  
  


No âmbito do normal exercício da actividade, nas suas diversas componentes, há, contudo, contratos que conferem à contraparte o direito de os resolver na eventualidade de ocorrer a mudança de controlo accionista da sociedade, em linha com o que é corrente e comum na prática comercial.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

7. A Santander Pensões, SGFP, S.A. encontra-se estruturada segundo o seguinte modelo de funcionamento:

**Gestão de Investimentos**

Em 2012 foi celebrado um contrato de sub-contratação dos serviços de gestão de activos dos fundos de pensões mandatando a Santander Asset Management SGFIM SA da gestão dos investimentos para os fundos de pensões, que se manteve até ao dia 18 de Dezembro de 2015. Nessa mesma data, foi efectuado um novo contrato, nos mesmos moldes que o anterior, mas alterando as cláusulas de remuneração dos serviços sub-contratados.

**Suporte e Controlo**

Departamento de Controlo de Riscos - É responsável por controlar as actividades da Sociedade em todas as suas vertentes, nomeadamente, realizar o controlo financeiro dos resultados dos fundos, efectuar o controlo de procedimentos operativos e controlar os riscos gerados pelas áreas de negócio.

Departamento de Operações – É responsável pelo processamento operacional, o que inclui a movimentação dos fluxos de fundos com as outras instituições, pela movimentação dos títulos da carteira dos fundos, pelo correcto registo das operações realizadas e actualização diária da composição das carteiras de clientes.

**Área de Assuntos Jurídicos**

Presentemente a assessoria jurídica da sociedade é assegurada pela Direcção de Coordenação de Assessoria Jurídica ao Negócio do Banco Santander Totta, que exerce, neste domínio, funções transversais a várias das sociedades do Grupo em Portugal.

**Área de Recursos Humanos**

É responsável pelo cálculo e pagamento das pensões, bem como pela manutenção de toda a documentação referente dos beneficiários e pensionistas.

Área de Contabilidade – É responsável pelo correcto tratamento contabilístico, assim como pela preparação das demonstrações financeiras da sociedade. É responsável também pelo controlo e emissão da informação contabilística e estatística aos órgãos de supervisão e centrais do Grupo. Esta função é assegurada por uma empresa externa que foi subcontratada para o efeito.

**Funções**

a) **Gestão de Riscos**

Durante o exercício de 2015 a função de Gestão de Riscos manteve a sua característica de âmbito transversal inerente à inserção no Grupo Santander Totta. A função está corporizada no Gabinete

ETK  
  


de Controlo / Função Gestão de Riscos (GCFGR), constituído na orgânica do BST, e mantém uma óptica transversal e de serviço comum, nomeadamente à Santander Pensões, à Santander Asset Management, SGFIM, SA e ao BST.

A função tem por missão geral assegurar o funcionamento eficiente e adequado do modelo de controlo interno, visando avaliar a relevância dos riscos incorridos e o grau de eficácia das medidas adoptadas para o seu controlo, mitigação e superação.

A FGR foi criada com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade directa sobre qualquer função de execução ou de controlo de primeira ou segunda linha sobre as actividades a avaliar, ficando assim com capacidade para efectuar os seus próprios testes com o objectivo de assegurar a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos.

A Administração conferiu a este órgão, os mais amplos poderes na sua aplicação, baseando a sua actividade na lei e na aplicação dos seguintes princípios e deveres:

- Acesso pleno a todas as actividades da instituição bem como a toda informação considerada relevante, nomeadamente aos relatórios de auditoria;
- Independência relativamente às áreas avaliadas;
- Imparcialidade, integridade e objectividade;
- Reserva no uso da informação utilizada e das conclusões obtidas as quais, sem prejuízo dos deveres de informação às autoridades ou supervisores, devem ser apresentadas à Administração;
- Promoção de um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Cambial, Taxa de Juro, Liquidação, Operacional, Tecnológico, Cumprimento, Reputacional e Estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais;
- Efectuar a ligação entre a equipa local e as Áreas Corporativas com vista a determinar as melhores práticas e necessidades no que respeita ao desenvolvimento de novas ferramentas e à estimação dos parâmetros de risco;
- Realizar e apresentar ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal o Relatório Anual relativo à Função de Gestão de Riscos nos termos regulamentares previstos;
- Realizar todos os relatórios e tarefas que a Administração estime como oportunos.

O GCFGR manteve o acompanhamento da actividade procurando avaliar o alcance e efectividade dos controlos e dos processos de mitigação do perfil de Riscos. O Aviso Regulamentar n.º 3/2008 da CMVM e em particular, o previsto na Norma Regulamentar n.º 8/2009-R, na Norma Regulamentar n.º 7/2007-R e tendo ainda como referência subsidiária a Norma Regulamentar n.º 14/2005-R, todas do ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões) estabelece o enquadramento regulatório local para gestão dos diversos riscos do Fundo de Pensões. É assim nos termos da Norma Regulamentar n.º 8/2009-R da ASF, interpretando, no seu sentido mais lato o espírito da citada norma, que o GCFGR tem preparado relatórios anuais destinados a servir de apoio ao Sistema de Controlo Interno da Santander Pensões, sendo o último datado de Fevereiro de 2016.

#### b) Compliance / Prevenção de Branqueamento de Capitais

A Sociedade Gestora privilegia, de há muito, a autonomização, seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou

regulatória, e ainda por decorrência da infracção de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

Em linha com o procedimento institucionalizado, no decurso de 2015 a função de cumprimento foi exercida de modo transversal na sociedade, e em todas as sociedades integrantes do Grupo que, em Portugal é, directa ou indirectamente, dominado pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, e também na Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário.

A função foi exercida de forma autonomizada, pela Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento cujo responsável máximo é o Director de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, estruturalmente integrada no Banco Santander Totta, com as atribuições que lhe são próprias:

No que especificamente respeita à sociedade foram integralmente aplicáveis os princípios e procedimentos que caracterizam a actividade da Direcção, destacando-se o seguinte:

- A DCAIC é uma Direcção de primeira linha, com reporte directo e exclusivo à Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio.
- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, exclusivamente afecto ao exercício das funções cometidas à Direcção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respectivo Director.
- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à actividade da Sociedade Gestora que solicite ou de que careça, bem como às instalações e equipamentos da Instituição.
- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas.
- Sem prejuízo do que adiante se dirá, a DCAIC integra no seu âmbito a Unidade de Prevenção de Branqueamento de Capitais.
- A Sociedade Gestora submete-se ao Código Geral de Conduta, Código de Conduta específico para o Mercado de Valores e Código de Conduta na Relação com os Clientes, do grupo Santander Totta, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à actuação das pessoas sujeitas e privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses.

O cumprimento do Código de Conduta para o Mercado de Valores é especialmente controlado pela DCAIC, que igualmente apoia e segue o cumprimento do Código Geral.

- Está instituído um procedimento específico para aprovação de Novos Produtos, que visa garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que a comercialização opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento. Do mesmo modo e no quadro dos procedimentos estabelecidos, procede-se também ao seguimento das incidências relevantes detectadas na comercialização dos produtos, em ordem a avaliar o seu significado e, sendo o caso, introduzir medidas de superação ou mesmo decidir a suspensão ou termo da comercialização se as circunstâncias o justificarem.

Complementarmente, e com vista a assegurar de modo mais eficiente e eficaz o controlo do risco de cumprimento foi institucionalizado, desde há muito, um Comité de Cumprimento na sociedade, de funcionamento periódico – em regra, de base mensal – que permite apreciar as práticas instituídas, aferir da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, manter a sociedade informada acerca das inovações ocorridas e garantir a sua execução, controlar o

EXM.  
  


cumprimento de obrigações informativas de investimento e outras aplicáveis, tanto na sociedade como dos Fundos por ela geridos, identificar eventuais incidências e, sendo o caso, equacionar e implementar as medidas apropriadas para as mitigar e prevenir. Esse Comité é dirigido e coordenado pela DCAIC, neles tendo participação regular responsáveis da sociedade a diversos níveis, incluindo membros da Administração.

Sem embargo, e em ordem a garantir uma maior eficácia à gestão do risco, está designado um responsável local para o respectivo seguimento e controlo, que articula directamente com a DCAIC e, particularmente, com o seu Director, integrando igualmente o Comité de Compliance.

Em consonância, o Director de Cumprimento apresentou à Administração o relatório da actividade de compliance desenvolvida no período decorrente entre o último relatório (Fevereiro de 2014) e Fevereiro de 2015, tendo igualmente sido apresentado um novo relatório já após o termo do exercício de 2015, que cobre todo o resto do ano.

Em corolário do que fica exposto, constata-se que a Sociedade Gestora procede em conformidade com o enquadramento regulamentar da função de compliance, constante do Aviso nº5/2008.

#### Prevenção de Branqueamento de Capitais

A operativa da Sociedade não convoca o recebimento de fundos do público, o que, naturalmente, se projecta em termos de procedimentos de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Quanto a estes, em linha com o que, de há muito, se encontra institucionalizado, eles são assegurados pela UPBC (Unidade de Prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo), unidade funcional e hierarquicamente integrada na DCAIC, embora funcione de modo autonomizado, segundo regras e organização próprias, que se encontram definidas.

As operações efectuadas pela sociedade no ano de 2015, não suscitaram a aplicação do dever de exame.

No ano de 2015 foi apresentado um relatório de reavaliação dos procedimentos ao abrigo da regulamentação aplicável aprovado pelo Conselho de Administração da sociedade.

A Sociedade não efectuou, de modo próprio, comunicações à Procuradoria-Geral da Republica e à Unidade de Informação Financeira.

#### c) Auditoria Interna

A função de auditoria interna é exercida de modo transversal nas sociedades que, como a Santander Pensões, integram o Grupo Santander em Portugal

A autoridade da Auditoria Interna procede directamente do conselho de administração. Os estatutos orgânicos de Auditoria Interna encontram-se aprovados pela Comissão Executiva do Banco Santander Totta, S.A. e publicados, conferindo a autoridade ao desempenho da função de auditoria, salvaguardando a necessária objectividade e independência relativamente às restantes áreas funcionais.

Para desenvolver a sua missão e alcançar os objetivos estabelecidos pela direção, as equipas de Auditoria Interna terão acesso completo, livre e sem restrições a toda a informação. Este acesso abrange documentos, suportes magnéticos e aplicações, tal como lugares físicos e, se for o caso, arquivos físicos, informáticos ou virtuais, assim como a colaboração do pessoal do Grupo ou de pessoal externo ao mesmo, quando seja necessário.

Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade (terceira linha de defesa), que tem como missão proporcionar ao conselho de administração e à alta direção garantia independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governação, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. No que respeita à sociedade, são integralmente aplicáveis as funções básicas da Auditoria Interna:

- a eficácia e a eficiência dos processos e sistemas supra citados;
- o cumprimento da normativa aplicável, e os requerimentos dos supervisores;
- a fiabilidade e integridade da informação financeira e operativa.
- a integridade patrimonial.

Auditoria Interna baseará a sua atuação nos seguintes princípios:

- Independência, objetividade e imparcialidade. Todas as opiniões da Auditoria Interna estarão baseadas na análise objetiva dos factos, não alterada por influências, pressões ou interesses de nenhum tipo.
- Integridade, comportamento ético e confidencialidade da informação gerida e das conclusões obtidas. A atuação dos auditores estará de acordo com os princípios e normas de conduta estabelecidos, tanto nos códigos de conduta do Grupo como no Código de Ética de Auditoria Interna, que deverá ser conhecido e aceite, mediante a sua assinatura por todos os seus membros.

Adicionalmente, a Auditoria Interna estabelecerá os procedimentos necessários para prevenir a existência de conflitos de interesse que possam comprometer o desempenho das suas funções e responsabilidades.

- Competência e qualificação profissional dos auditores. Para isso, procurar-se-á a atualização contínua dos seus conhecimentos.
- Qualidade do trabalho, baseado em conclusões fundamentadas, documentadas e suportadas por provas de auditoria, realizadas com uniformidade de critérios, mediante uma metodologia e ferramentas de trabalho comuns e adequadas, e com o devido cuidado profissional.
- Orientação à criação de valor, fazendo relatórios relevantes e verídicos e apoiando a gestão das unidades auditadas com espírito de colaboração e de contribuição de medidas de melhoria.
- Colaboração adequada com o resto de controlos existentes no Grupo.
- Colaboração recíproca adequada com os auditores externos e os outros provedores com atuações na organização, mantendo reuniões periódicas e partilhando com eles os resultados das revisões realizadas e os relatórios de auditoria emitidos.
- Relação fluida com os supervisores.
- Observância dos standards internacionais para o desempenho da função, especialmente as 'Normas Internacionais para a prática profissional de Auditoria Interna' emitidas pelo Instituto de Auditores Internos e os princípios estabelecidos pelo Banco Internacional de Pagamentos de Basileia nesta matéria.

Mantém a Administração regularmente informada das conclusões do seu trabalho, proporcionando informação sobre os principais aspectos detectados que, de algum modo, possam por em causa o sistema de controlo interno existente, com detalhe das principais recomendações e seu adequado seguimento.

O responsável pela função de auditoria interna é o Dr. Ignacio García Márquez, nomeado pela Administração em julho de 2015, que lhe conferiu todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria está composto por 27 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito, Riscos Operativos e Riscos Tecnológicos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior. Adicionalmente, auditores especializados do Grupo Santander colaboram na realização das auditorias planificadas, sob a supervisão do Director.

### **Plano de Auditoria**

O Plano de Auditorias de 2016 é transversal às sociedades que integram o Grupo Santander em Portugal e foi elaborado com base em prioridades definidas de acordo com uma Matriz de Risco e com os requisitos Regulatórios.

A Matriz de Risco prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai. Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros factores (dimensão da Unidade, último “rating” obtido, grau de implementação das recomendações).

Com base na avaliação de todos estes factores, as unidades do universo de Auditoria são classificadas por níveis de prioridade para a sua revisão através de auditorias. Adicionalmente, devem ser consideradas às auditorias exigidas por requerimentos regulatórios e a verificação do cumprimento da normativa SOX.

### **Preparação e Divulgação da Informação Financeira**

O objectivo do ambiente de controlo interno é o de estabelecer e promover uma atitude colectiva de forma a atingir um efectivo controlo interno dos estados financeiros e a elaboração de demonstrações financeiras credíveis.

A Direcção de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão é responsável pela preparação e divulgação da informação financeira. Esta direcção acompanha o lançamento de novos produtos, as alterações dos normativos financeiros e contabilísticos e a publicação de novas normas.

Na preparação da informação financeira esta direcção tem implementado diversos procedimentos de controlo, nomeadamente, controlos de carteiras diários, processos de reconciliação de contas manuais, parametrização de produtos e operações e análise da informação financeira e de gestão.

São preparados reportes de informação financeira que servem de base para a elaboração de relatórios internos que são analisados pela Comissão Executiva, relatórios oficiais e relatórios anuais e semestrais.

### **Factos relevantes**

a) Fundo de Pensões Banco Santander Totta

No final de 2011, no cumprimento do D/L nº 127/2011, de 31 de Dezembro, foi transferida para a Segurança Social a parcela do Fundo de Pensões relativa à responsabilidade com os beneficiários já reformados, num montante aproximado de € 460 milhões. De acordo com o estabelecido pelo Estado português estas entregas só poderiam ser efectuadas em dinheiro ou títulos de dívida pública, implicando que o restante tipo de activos aumentasse o seu peso no financiamento das responsabilidades que ficaram a cargo dos fundos de pensões. O cumprimento desta restrição, pelo Fundo de Pensões do BST, implicou menor liquidez e a ultrapassagem dos limites de investimento por maior concentração dos activos, em particular dos investimentos em imobiliário. De 2012 a 2014 foram feitos esforços com o objectivo de mitigar os incumprimentos verificados, tendo no ano de 2015 a situação ficado praticamente regularizada.

b) No decurso do ano de 2013, deu-se uma alteração na estrutura acionista da Santander Pensões em virtude da qual, a totalidade do capital social desta sociedade passou a ser detido pela Santander AM Holding, S.L.

Aquando da referida operação, foi desenhado, e, aliás, apresentado juntos dos vários reguladores em Portugal, um conjunto de objetivos e projeções financeiras para os ulteriores exercícios da SAM.

No seguimento da referida alteração ocorrida em 2013, é expectável que no decurso do ano de 2016 exista um alinhamento dos negócios de gestão de activos em Portugal com o modelo adotado noutras geografias em que o Grupo Santander está presente.

Assim, está prevista a aquisição e fusão por incorporação da Santander Pensões pela Santander Totta Seguros. A Santander Totta Seguros ficará responsável pela gestão dos Fundos de Pensões BST e ARE, com advising da Santander Asset Management. Estas alterações estão sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pelas Entidades de Regulação.

### **Proposta de aplicação de resultados**

Não havendo necessidade de reforço de reservas legais o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante de 22.106,91 €, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados: 22.106,91 €

### **Remuneração dos Órgãos de Administração**

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, presta-se informação relativamente às remunerações auferidas em 2014, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

#### **1 - Política de Remunerações aplicável no exercício de 2015**

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião 29 de maio de 2014 aprovou a declaração de política de remunerações que a seguir se transcreve.

### **POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

## **DA SANTANDER PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1 e 2, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (Diário da República, 2ª Série, Parte E, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 De Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, é aprovada a proposta de política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a “Sociedade” ou a “Santander Pensões”), a vigorar no ano 2015, a propor à reunião anual da Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2014, nos termos seguintes:

### **I. Enquadramento**

A Política remuneratória da Santander Pensões enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência da Sociedade para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existente no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do respectivo capital daquela Sociedade.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada. Na respetiva definição foram formuladas propostas e preparadas recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo da Sociedade.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para um mandato de 3 anos na reunião da Assembleia Geral de 29 de Março de 2013, tendo actualmente a seguinte composição:

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida;

Jorge Manuel Rodrigues Alcobia (15 de julho de 2013);

Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

### **II. Política do Grupo Santander**

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Acrece que o Grupo contou com a assistência da consultora Towers Watson na definição da sua política de remuneração.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

### **III. Princípios orientadores da política de remuneração na Santander Pensões**

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;

EX.  
N.  
W.  
J.

- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- f) À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento;
- g) Não estão implementados quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

#### IV. Componentes da política de remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector.
- b) Neste contexto, sem prejuízo da inexistência de Comissão Executiva como tal constituída, distingue-se entre Administradores que exercem funções executivas na sociedade e os que não exercem.
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração sendo a que recebem, no Grupo, proveniente do exercício de funções noutras sociedades. Em consequência, as regras de remuneração a seguir referenciadas apenas são aplicadas aos Administradores com funções executivas;
- d) As directrizes do Grupo reflectem-se ainda no processo de avaliação dos administradores que, em síntese, é o seguinte:
  - (i.) O Presidente do Conselho de Administração, quer pelas funções exercidas na Santander Pensões, quer pelas demais funções exercidas noutras sociedades é avaliado pelo responsável da SAM Investment Holdings Limited;
  - (ii.) O outro Administrador Executivo é avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo responsável da área Corporativa de Gestão de Activos Imobiliários do Grupo Santander;

tm.



- (iii.) Os administradores não executivos não são objecto de avaliação específica pelo exercício dessas funções; são-no, em termos globais, no conjunto das funções exercidas no grupo e concretamente nas sociedades onde desempenham funções executivas de qualquer natureza;
- e) O Fiscal Único é remunerado pela prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- f) Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornarem de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

## 1. Remuneração Fixa

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não se prevendo que represente, em 2015, uma parcela inferior a 58% da Remuneração Total.

## 2. Remuneração Variável

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) Tendo presente o definido no ponto IV, alínea f), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pelo e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;

EM


- e) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

## 2.1. Remuneração variável anual

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios: i) 75% dependem dos resultados após impostos da Sociedade (55%) e do Grupo (20%) e ii) 25% dependem do cumprimento da eficiência no uso do capital (Return on Risk Weighted Assets) da Sociedade (15%) e do Grupo (10%);
- c) A aplicação dos critérios acima referidos para a atribuição do prémio de desempenho é ajustada pela ponderação i) do desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, bem como ii) de factores qualitativos adicionais, designadamente a adequada gestão do risco e do consumo eficiente de capital; a comparação com os resultados de entidades concorrentes; a comparação do nível de satisfação dos clientes face a entidades concorrentes; a evolução do core capital, do capital económico do Grupo, do balanço e de outros fatores relevantes de gestão;
- d) O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2015 se estima não superior a 150% do valor do prémio de desempenho da Empresa pago no ano anterior;
- e) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor no que respeita à generalidade dos administradores executivos, podendo, em situações específicas, atingir 50%;
- f) O valor da parte não diferida é pago metade em ações e metade em dinheiro;
- g) O pagamento da parte diferida é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo ; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;
- h) Metade do montante do diferimento é pago em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos subsequentes, ficando dependente do preenchimento das condições referidas supra, em g);
- i) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respetivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor

tas.  
K  
EU  
9

perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas ações);

## 2.2. Remuneração variável plurianual

- a) Como elemento da remuneração variável plurianual, a Sociedade poderá fixar para 2015 um Incentivo de Longo Prazo individual, sendo este determinado pela aplicação de uma percentagem, que poderá ir até 20%, do valor de referência do prémio de desempenho de 2015.

A determinação concreta do ILP será feita pela Comissão de Vencimentos de acordo com os critérios gerais aplicáveis no quadro do Grupo Santander e que consta do documento anexo a esta Política.

A atribuição do ILP não poderá em nenhuma circunstância implicar que as componentes variáveis da remuneração sejam superiores a 200% da componente fixa da remuneração.

- b) A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante o dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento; iii) cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos; iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, exceto se em resultado da modificação de normas contabilísticas; v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;
- c) No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer ações;
- d) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos mandatos dos respetivos beneficiários, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessárias ao pagamento de impostos decorrentes do benefício inerente a essas ações).

## 2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Da remuneração variável de 2012, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2013, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2014, foi paga em 2015 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

### 3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Santander Pensões

Os montantes pagos aos administradores por outras sociedades que, tal como a Santander Pensões, estão em relação de domínio ou de grupo com o grupo Santander, totalizam um valor global 290 mil de euros.

### V. Benefícios

Os dois administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de um seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação colectiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

Um daqueles administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A., encontra-se igualmente coberto por plano complementar de reforma estabelecido pelo Grupo para todos os seus quadros directivos e cujos termos foram aprovados nos respectivos Conselhos de Administração, não tendo, nessas deliberações, sido atribuído direito de voto aos administradores que viriam a beneficiar de tal plano.

### VI. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2015.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2015, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

### VII. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

Esta política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de Abril artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, Parte E, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 De Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo da Sociedade.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como

EX.



explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção substancial das regras constantes do referido aviso.

Acresce a circunstância da Santander Pensões estar integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, o que implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

Lisboa, 15 de março de 2015

### Anexo I Critérios de determinação do ILP

- a) Para determinação do ILP aplicar-se-á uma percentagem, que poderá atingir até 20%, sobre valor de referência do prémio de desempenho de 2015, de acordo com as seguintes métricas e escalas de cumprimento de objetivos:

1. Escala aplicável ao BPA do Grupo Santander no exercício de 2015 com relação ao orçamentado para o referido exercício:

BPA em 2015 (% sobre do BPA 2015 orçamentado)	“Coeficiente BPA 2015”
≥ 90%	1
> 75% mas < 90%	0,75 – 1 (*)
≤ 75%	0

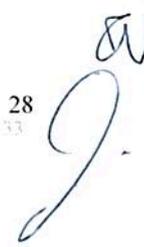
(\*) Incremento linear do Coeficiente BPA em 2015 em função da percentagem concreta que o BPA de 2015 represente sobre o orçamento dentro desta escala.

2. Escala aplicável ao ROTE do Grupo Santander em 2015 em relação ao orçamento do referido exercício:

ROTE em 2015 (% sobre o ROTE 2015 orçamentado)	“Coeficiente ROTE 2015”
≥ 90%	1
> 75% mas < 90%	0,75 – 1 (*)
≤ 75%	0

(\*) Incremento linear do Coeficiente ROTE 2015 em função da percentagem concreta que ROTE de 2015 represente sobre o orçamento dentro desta escala.

Para determinar o Valor Previsto do ILP, que corresponda a cada beneficiário aplicar-se-ão o Coeficiente do BPA 2015 e o Coeficiente do Rote 2015 resultantes das anteriores escalas à percentagem correspondente valor de referência do seu prémio de desempenho de acordo com a seguinte fórmula:

ETA  
  


$$\text{Valor Previsto do ILP} = \text{Valor. Ref.} \times (0,5 \times \text{Coeficiente BPA 2015} + 0,5 \times \text{Coeficiente ROTE 2015})$$

“Valor Ref.” é o valor que resulte da aplicação da percentagem de até 20% (que será determinado pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Retribuições, do Banco Santander S.A. em função do orçamento do grupo e país) ao valor de referência do prémio de desempenho do beneficiário.

O Valor Previsto de ILP ficará diferido integralmente durante 3 anos (2016,2017 e 2018, e a sua atribuição e valor estarão vinculados ao cumprimento de determinados objetivos definidos para o período 2015-2017 (os “Objetivos Plurianuais”), e às restantes condições do plano. Assim o valor a entregar, e em consequência o número final de ações que se entregue a cada beneficiário calcular-se-á partindo do Valor Previsto do ILP e tendo em conta : O grau de cumprimento dos Objetivos plurianuais; ii) o resultado da aplicação dos impostos ou retenções que corresponda e iii) a Cotação 2016.

- b) O Valor Previsto do ILP de cada beneficiário será diferido durante um período de 3 anos e entregar-se-á no início do exercício de 2019 (“Data de Pagamento do ILP”) em função do cumprimento dos objetivos plurianuais e das restantes condições do plano.

Os “Objetivos Plurianuais”, as suas métricas e escalas de cumprimento são as seguintes:

(i) Comportamento relativo do crescimento do BPA do Grupo Santander no período de 2015-2017 em relação com um grupo de referência de 17 entidades de crédito (o “Grupo de Referência”).

Entender-se-á por crescimento do BPA a relação percentual entre o benefício por ação de acordo com os estados financeiros anuais consolidados iniciais e finais no período de comparação (isto é, os estados financeiros consolidados encerrados entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente.)

Posição do crescimento do BPA do Santander 2015-2017	“Coeficiente BPA”
Do 1º ao 5º	1
6º	0,875
7º	0,75
8º	0,625
9º	0,50
10º -18º	0

O Grupo de Referência estará formado pelas seguintes entidades: Wells Fargo, JP Morgan Chase, HSBC, Bank of America, Citigroup, BNP Paribas, Lloyds, UBS, BBVA, Barclays, Standard Chartered, ING, Deutsche Bank, Société Générale, Intesa SanPaolo, Itaú-Unibanco e Unicredit.



## (ii) ROTE do exercício 2017 do Grupo Santander:

ROTE em 2017 (%)	“Coeficiente ROTE”
≥ 12%	1
> 11% pero < 12%	0,75 – 1 (*)
≤ 11%	0

(\*) Incremento linear do Coeficiente ROTE 2015 em função da percentagem concreta, dentro desta escala, do ROTE do Grupo Santander no exercício de 2017.

## (iii) Satisfação dos colaboradores, medida pela inclusão ou não da correspondente sociedade do Grupo em 2017 entre o “Top 3” dos melhores bancos para trabalhar.

Para efeitos desta métrica, a escala de cumprimento difere para os beneficiários que desenvolvem as suas funções num país concreto e os que desenvolvem as suas actividades para o grupo em Geral ou para unidades em que não é possível individualizar esta medição.

## 1. Escala de cumprimento ao nível do país:

Posição entre os melhores bancos para trabalhar em 2017	“Coeficiente Colaboradores”
1º a 3º	1
4º o posterior	0

## 2. Escala de cumprimento ao nível do Grupo Santander:

Nº de Mercados Principais em que Santander se situa no Top 3 dos melhores bancos para trabalhar em 2017	Coeficiente Colaboradores
6 ou mais	1
5 ou menos	0

Para este efeito, os “Mercados Principais” do Grupo Santander são: Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, México, Polónia, Portugal e Reino Unido.

## (iv) Satisfação dos clientes, medida pela inclusão ou não da correspondente sociedade do Grupo em 2017 entre o “Top 3” dos melhores bancos no índice de satisfação dos clientes.

Para efeitos desta métrica, a escala de cumprimento difere para os beneficiários que desenvolvem as suas funções num país concreto e os que desenvolvem as suas actividades para o grupo em Geral ou para unidades em que não é possível individualizar esta medição.

## 1. Escala de cumprimento ao nível do país:

Posição entre os melhores bancos face ao índice de satisfação dos clientes em 2017	“Coeficiente Clientes”
1º a 3º	1
4º ou posterior	0



## 2. Escala de cumprimento ao nível do Grupo Santander:

Nº de Mercados Principais em que o Santander se sitúa em 2017 no Top 3 dos melhores bancos no índice de satisfação de clientes	Coefficiente Clientes
10	1
Entre 6 e 9	0,2 – 0,8 (*)
5 ou menos	0

(\*) Incremento linear do Coeficiente Clientes, de modo que, dentro desta escala, o coeficiente se incrementa em 0,2 por cada Mercado Principal adicional no qual o índice de satisfação do cliente se situa no Top 3.

(v) Vinculação de clientes, tendo em conta que os objectivos do Grupo Santander são que a 31 de dezembro de 2017 existam 17 milhões de clientes particulares vinculados e 1,1 milhões para PME's e empresas.

Para efeitos desta métrica, as escalas de cumprimento diferem para os beneficiários que desenvolvem as suas funções num país concreto e os que desenvolvem as suas actividades para o grupo em Geral ou para unidades em que não é possível individualizar esta medição.

## 1. Escalas de cumprimento a nível país:

Clientes particulares vinculados (% sobre orçamento para o mercado correspondente)	“Coeficiente Particulares”	Clientes PME's e empresas vinculados (% sobre orçamento para o mercado correspondente)	“Coeficiente Empresas”
≥ 100%	1	≥ 100%	1
> 90% mas < 100%	0,5 – 1 (*)	> 90% mas < 100%	0,5 – 1 (*)
≤ 90%	0	≤ 90%	0

(\*) Incremento linear do Coeficiente Particulares e do Coeficiente Empresas em função da percentagem concreta, dentro de cada escala, que o número de clientes vinculados de cada tipo represente a 31 de dezembro de 2017 sobre o orçamento.

## 2. Escalas de cumprimento a nível do Grupo Santander:

Clientes particulares vinculados (milhões)	Coeficiente Particulares	Clientes PME's e empresas vinculados (milhões)	Coeficiente Empresas
≥ 17	1	≥ 1,1	1
> 15 pero < 17	0,5 – 1 (*)	> 1 pero < 1,1	0,5 – 1 (*)
≤ 15	0	≤ 1	0

(\*) Incremento linear do Coeficiente Particulares e do Coeficiente Empresas em função do número de clientes vinculados de cada tipo a 31 de dezembro de 2017.



3. A partir das métricas e escalas de cumprimento anteriormente indicadas e dos dados correspondentes a finais de 2017, o valor da atribuição do ILP de cada beneficiário (**Valor Atribuído do ILP**) determinar-se-á de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Atribuído do ILP} = \text{Valor.} \times (0,25 \times A + 0,25 \times B + 0,2 \times C + 0,15 \times D + 0,075 \times E1 + 0,075 \times E2)$$

Sendo:

1. “**Valor**” é o Valor Previsto do ILP para o beneficiário.
2. “**A**” é o Coeficiente do BPA que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (i) em função do comportamento durante o período 2015-2017 do crescimento do BPA do Grupo Santander, por comparação com o Grupo de Referência.
3. “**B**” é o Coeficiente do ROTE que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (ii) em função do comportamento durante o exercício de 2017 do Grupo Santander, ajustado, em cada caso, nos termos indicados no definido no ponto (ii) anterior.
4. “**C**” é o Coeficiente Colaboradores que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (iii) anterior em função do posicionamento do Santander entre os melhores bancos para trabalhar.
5. “**D**” é o Coeficiente Clientes que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (iv) anterior em função do posicionamento do Santander no índice de satisfação dos clientes.
6. “**E1**” é o Coeficiente Particulares que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (v) anterior relativamente aos clientes particulares vinculados.
7. “**E2**” é o Coeficiente Empresas que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (v) anterior relativamente aos clientes PME’S e empresas vinculados.

O período para medição do ILP finaliza a 31 de dezembro de 2018 e, em consequência as condições do plano deverão cumprir-se até ao fim do referido período, sem prejuízo das métricas anteriormente indicadas estejam referidas para o período de 2015- 2017.

## 2 - Remuneração e Outros Benefício Atribuídos aos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

A remuneração individual paga e diferida relativa a 2015 constam do quadro abaixo.

### Remuneração dos Órgãos de Administração (montantes expressos em mEuros)

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, presta-se informação relativamente às remunerações auferidas em 2015, pelos membros do Conselho de Administração:



**Conselho de Administração**

Nome	Remuneração		Prémio desempenho 2015 retido por um ano
	fixa	variável	
Joaquim Calça e Pina	67	11	11
José Neves	56	13	12
	123	23	23

A parcela pecuniária e em acção da remuneração referente ao exercício de 2015 diferida é a seguinte:

Nome	Prémio desempenho de 2015 diferido					
	2017		2018		2019	
	Acções	Pecuniário	Acções	Pecuniário	Acções	Pecuniário
Joaquim Calça e Pina	596	2	596	2	596	2
José Neves	705	3	705	3	705	3

A parcela entregue e diferida referente ao exercício de 2014 é a seguinte:

Nome	Prémio desempenho de 2014 entregue em Fevereiro 2016			
	Júros	Dividendos	Pecuniário	Acções
Joaquim Calça e Pina	0,006	0,1	3	440
José Neves	0,009	0,2	3	539
	0,016	0,3	6	979

Nome	Prémio desempenho de 2014			
	a entregar em 2017		a entregar em 2018	
	Acções	Pecuniário	Acções	Pecuniário
Joaquim Calça e Pina	440	3	440	3
José Neves	539	3	539	3
	979	6	979	6

A parcela entregue e diferida referente ao exercício de 2013 é a seguinte:

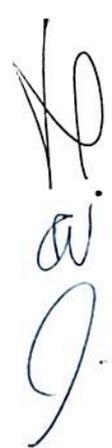


Nome	Prémio desempenho de 2013 entregue em Fevereiro 2016			
	Juros	Dividendos	Pecuniário	Ações
Joaquim Calça e Pina	0,021	0,3	3	379
José Neves	0,020	0,3	2	367

Nome	Prémio desempenho de 2013 a entregar em 2017	
	Ações	Pecuniário
Joaquim Calça e Pina	380	3
José Neves	367	2

A parcela entregue e diferida referente ao exercício de 2012 é a seguinte:

Nome	Prémio desempenho de 2012 entregue em Fevereiro 2016			
	Juros	Dividendos	Pecuniário	Ações
Joaquim Calça e Pina	-	-	-	-
José Neves	0,051	0,6	2	378

tm.  


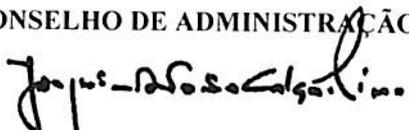
### Notas finais

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram directa ou indirectamente para os resultados obtidos, nomeadamente:

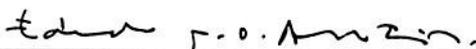
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à APFIPP, pelo apoio prestado ao longo do exercício.
- Aos colaboradores da empresa pela sua dedicação e esforço.
- Aos associados, pelo empenho no acompanhamento da evolução da Sociedade e pela confiança que nela depositaram.
- Aos órgãos sociais da empresa, revisores oficiais de contas, auditores externos, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.

Lisboa, 31 de Março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

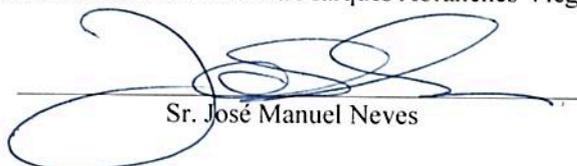


Dr. Joaquim António Aires Mateus De Calça E Pina (Presidente)



Eng. Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva

Dra. Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas



Sr. José Manuel Neves



SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da Empresa depois de terem sido efectuados todos os ajustamentos necessários, e representam as demonstrações finais para o período objecto de exame.

ATIVO	Notas	31-12-2015	31-12-2014
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	-	-
Ativos intangíveis	7	-	-
<b>Total do ativo não corrente</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Estado e outros entes públicos	8	181.633	-
Outras contas a receber	9	425.242	288.191
Outros depósitos bancários	5	3.507.871	2.511.277
Caixa e depósitos bancários	4	1.484.392	1.489.046
<b>Total do ativo corrente</b>		<u>5.599.138</u>	<u>4.288.514</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>5.599.138</u>	<u>4.288.514</u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	11	1.000.000	1.000.000
Reservas legais	11	200.000	200.000
Outras reservas		187.417	187.417
Resultados transitados	11	2.736.369	2.084.004
		<u>4.123.786</u>	<u>3.471.421</u>
Resultado líquido do exercício		22.107	652.365
<b>Total do capital próprio</b>		<u>4.145.893</u>	<u>4.123.786</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Estado e outros entes públicos	8	-	31.672
Fornecedores		-	9.058
Diferimentos	10	1.453.245	123.998
<b>Total do passivo corrente</b>		<u>1.453.245</u>	<u>164.728</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>1.453.245</u>	<u>164.728</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<u>5.599.138</u>	<u>4.288.514</u>
<b>RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS:</b>			
Fundos de pensões geridos	1	914.883.478	911.242.164

O anexo faz parte integrante destes balanços.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Fernando P. O. Almeida

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da Empresa depois de terem sido efectuados todos os ajustamentos necessários, e representam as demonstrações finais para o período objecto de exame.

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
Serviços prestados	12	1.670.601	1.249.726
Fornecimentos e serviços externos	13	(1.350.473)	(104.821)
Gastos com o pessoal	14	(286.142)	(243.458)
Outros rendimentos e ganhos		5.717	-
Outros gastos e perdas	15	(14.901)	(32.558)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<u>24.802</u>	<u>868.889</u>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<u>24.802</u>	<u>868.889</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	16	19.381	29.278
Juros e gastos similares suportados		-	(194)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<u>44.183</u>	<u>897.973</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(22.076)	(245.608)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<u>22.107</u>	<u>652.365</u>
<b>Resultado básico por acção</b>	17	0,11	3,26

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

João Pedro de Almeida

Presidente do Conselho de Administração

Alfeg

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Saldos em 31-12-2013</b>	1.000.000	200.000	187.417	1.460.051	623.953	3.471.421
Aplicação do resultado de 2013	-	-	-	623.953	(623.953)	-
Resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	652.365	652.365
<b>Saldos em 31-12-2014</b>	<u>1.000.000</u>	<u>200.000</u>	<u>187.417</u>	<u>2.084.004</u>	<u>652.365</u>	<u>4.123.786</u>
Aplicação do resultado de 2014	-	-	-	652.365	(652.365)	-
Resultado líquido do exercício de 2015	-	-	-	-	22.107	22.107
<b>Saldos em 31-12-2015</b>	<u>1.000.000</u>	<u>200.000</u>	<u>187.417</u>	<u>2.736.369</u>	<u>22.107</u>	<u>4.145.893</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Fernando P. O. Almeida



Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da Empresa depois de terem sido efectuados todos os ajustamentos necessários, e representam as demonstrações finais para o período objecto do exame.

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da Empresa depois de terem sido efectuados todos os ajustamentos necessários, e representam as demonstrações finais para o período objecto de exame.

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	1.544.851	1.249.732
Pagamentos a fornecedores	(59.937)	(106.372)
Pagamentos ao pessoal	(248.863)	(245.694)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>1.236.051</b>	<b>897.666</b>
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	(243.356)	(238.804)
Outros recebimentos / (pagamentos)	(20.136)	4.822
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>	<b>972.559</b>	<b>663.684</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Outros depósitos bancários	(3.500.000)	(2.500.000)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Outros depósitos bancários	2.500.000	2.500.000
Juros e rendimentos similares	22.787	34.837
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>	<b>(977.213)</b>	<b>34.837</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [3]=[1]+[2]</b>	<b>(4.654)</b>	<b>698.521</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício (Nota 4)</b>	<b>1.489.046</b>	<b>790.525</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (Nota 4)</b>	<b>1.484.392</b>	<b>1.489.046</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

João Soares Lima  
  
 João Soares Lima  
 Presidente

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Ativos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade era responsável pela gestão dos seguintes Fundos de Pensões:

	Valor patrimonial	
	31-12-2015	31-12-2014
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	914.203.911	910.580.268
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	679.567	661.896
	<u>914.883.478</u>	<u>911.242.164</u>

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2016 mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis em 31 de dezembro de 2015.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos/passivos correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos/passivos não correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

#### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em função do período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos fixos tangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

#### 3.3. Ativos intangíveis

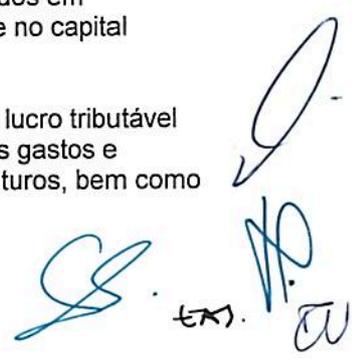
Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

#### 3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

### 3.5. Instrumentos financeiros

A Sociedade optou por aplicar as Normas IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação”, IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações” ao abrigo do parágrafo 2 da NCRF 27 – “Instrumentos Financeiros”. Neste sentido, as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

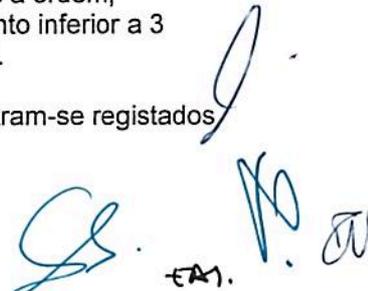
- (i) Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber encontram-se registadas no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que são estimadas.

- (ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Caixa e seus equivalentes e os outros depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado.



(iii) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

### 3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

#### Comissões de gestão

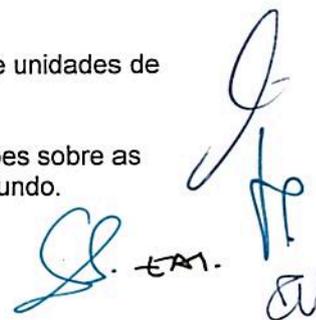
Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é calculada trimestralmente, ou mensalmente, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão dos Fundos sobre o património líquido destes.

De acordo com os Regulamentos de Gestão dos Fundos geridos, às comissões de gestão poderão ser deduzidos os valores relativos a encargos suportados pelos Fundos, nomeadamente custos com auditorias, custos com a prestação de serviços atuariais e a taxa de supervisão a pagar à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ex-ISP-Instituto de Seguros de Portugal) (Nota 3.8).

Adicionalmente, de acordo com o respetivo regulamento de gestão, são cobradas aos associados/participantes do "Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa" as seguintes comissões:

- Comissão de emissão - Destina-se a fazer face às despesas incorridas pela Sociedade na emissão dos certificados representativos das unidades de participação. Esta comissão é cobrada no ato de subscrição;
- Comissão de reembolso - Esta comissão incide sobre o reembolso de unidades de participação e é cobrada no ato de reembolso.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Sociedade decidiu não cobrar comissões sobre as subscrições e resgates de unidades de participação ocorridos naquele Fundo.



Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos Fundos de Pensões por si geridos são as seguintes:

Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,25%
Fundo de Pensões BST	0,18%

Nos exercícios de 2015 e 2014 não são devidas comissões de *performance* relativas aos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade.

### 3.7. Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos (Nota 10).

### 3.8. Taxa a pagar à ASSFP – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASSFP)

De acordo com o Decreto-Lei nº 171/87, de 20 de abril, a ASSFP cobra uma taxa de 0,048% sobre as contribuições efetuadas pelos associados e participantes para os fundos de pensões. Esta taxa é suportada pelos Fundos.

### 3.9. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 1).

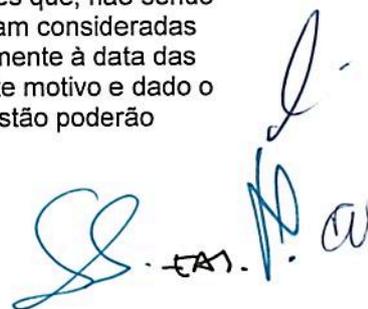
### 3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.11. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.5 (ii)) e detalha-se como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
Banco Santander Totta, S.A. (Nota 18.3)	<u>1.484.392</u>	<u>1.489.046</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

5. OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos a prazo e apresentava a seguinte composição:

31-12-2015						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	28 de junho de 2016	0,26%	1.500.000	2.038	1.502.038
BST	EUR	22 de Julho de 2016	0,27%	1.000.000	1.227	1.001.227
BST	EUR	22 de janeiro de 2016	0,48%	1.000.000	4.606	1.004.606
				<u>3.500.000</u>	<u>7.871</u>	<u>3.507.871</u>

31-12-2014						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	28 de Junho de 2015	1,10%	1.500.000	8.558	1.508.558
BST	EUR	22 de Julho de 2015	0,60%	1.000.000	2.719	1.002.719
				<u>2.500.000</u>	<u>11.277</u>	<u>2.511.277</u>

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não se registaram movimentos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, nem nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não se registaram movimentos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

## 8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC), e posteriormente da publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro) a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2015 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável (23% no exercício de 2014);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2014); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
  - Menor do que 1.500.000 Euros 0%;
  - Entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros 3%;
  - Entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros 5%;
  - Maior do que 35.000.000 Euros 7%.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC relativo às regras sobre preços de transferência, com a redação aplicável a partir de 1 de janeiro de 2002, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 18), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2012 a 2015 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto	(22.076)	-	-	245.608
Pagamentos por conta	203.709	-	-	(213.936)
	181.633	-	-	31.672

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Montantes expressos em Euros)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da Empresa depois de terem sido efectuados todos os ajustamentos necessários, e representam as demonstrações finais para o período objecto de exame.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como se segue:

	2015		2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		44.183		897.973
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	9.278	23,00%	206.534
Derrama	1,50%	663	1,50%	13.470
Tributações autónomas	27,47%	12.135	2,85%	25.604
Taxa efetiva	49,96%	22.076	27,35%	245.608

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Comissões de gestão (4º trimestre)		
Fundo de Pensões BST	413.941	288.191
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	424	-
Outros devedores	10.877	-
	<u>425.242</u>	<u>288.191</u>

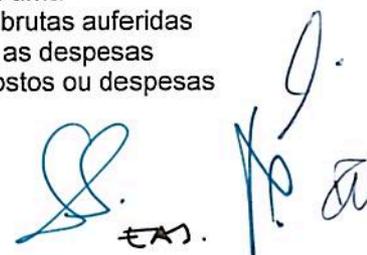
10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
<u>Passivo:</u>		
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management:		
Comissão de gestão	1.205.741	-
Comissão adicional	98.253	-
Serviços obtidos e não faturados	15.740	29.198
Encargos com férias e subsídio de férias a liquidar relativos a colaboradores cedidos	21.681	16.000
Prémios a pagar	110.398	78.800
Outros credores	1.432	-
	<u>1.453.245</u>	<u>123.998</u>

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (SAM) um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração mensal a pagar pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM correspondente a 0,13% o valor médio da carteira no final de cada mês ("Comissão de gestão"), com início em janeiro de 2015.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão acima referidas, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais ("Comissão adicional").



Em 31 de dezembro de 2015 estavam por pagar a totalidade das “Comissões de gestão” e da “Comissão adicional” relativas ao exercício de 2015, as quais foram pagas em 2016.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Prémios a pagar” respeita aos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho naqueles exercícios (Nota 14).

## 11. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Sociedade estava representado por 200.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pela Santander AM, Holding, S.L. e encontrava-se integralmente realizado.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em reunião da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de abril de 2015 foi aprovado que o resultado líquido do exercício de 2015, no montante de 652.365 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

Em reunião da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de maio de 2014, foi aprovado que o resultado líquido do exercício de 2013, no montante de 623.953 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

## 12. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhado como se segue:

	2015	2014
<u>Comissões de gestão:</u>		
Fundo de Pensões BST (18.3)	1.668.901	1.248.172
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1.700	1.554
	<u>1.670.601</u>	<u>1.249.726</u>
<u>Juros obtidos (Nota 16):</u>		
Depósitos a prazo - Banco Santander Totta (Nota 18.3)	<u>19.381</u>	<u>29.278</u>

No exercício de 2014 as comissões de gestão acima referidas encontram-se deduzidas de alguns encargos incorridos pelos Fundos e suportados pela Sociedade no montante de 292.796 euros (Nota 3.6).

No exercício de 2015 a Sociedade não suportou quaisquer encargos incorridos pelos Fundos, conforme previsto nos respetivos Regulamentos de Gestão.

### 13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada como se segue:

	2015	2014
Prestação de serviços profissionais		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões (Nota 10)	1.303.994	-
Contabilidade	28.710	80.508
Auditoria, consultoria e outros serviços	15.740	23.200
Outros trabalhos especializados	908	908
Outros	1.121	205
	1.350.473	104.821

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica "Prestação de serviços profissionais - Contabilidade" refere-se aos honorários incorridos com a Santander Tecnologia y Operaciones, AEIE (uma empresa do Grupo Santander) relativamente a serviços de contabilidade.

### 14. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada como se segue:

	2015	2014
Remuneração dos órgãos sociais	114.568	113.584
Prémios e incentivos aos órgãos sociais	90.992	40.192
Encargos com os órgãos sociais	26.993	28.584
Outras gratificações	-	16.000
	232.553	198.360
Remuneração do pessoal	33.781	31.301
Prémios e incentivos ao pessoal	2.319	1.416
Encargos sobre as remunerações	12.939	11.167
Contribuições para o plano de contribuição definida	2.379	1.171
Seguros de acidentes de trabalho, doença e vida	43	43
Outros benefícios	2.128	-
	53.589	45.098
	286.142	243.458

A partir de janeiro de 2012 a Sociedade deixou de ter colaboradores ao seu serviço, recorrendo no entanto a cedências de colaboradores do BST e da Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A..

### 15. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada como se segue:

	2015	2014
Outros gastos e perdas:		
Quotizações	6.925	6.925
Insuficiência de estimativa de imposto	7.976	25.595
Outros	-	38
	14.901	32.558

**16. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS**

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são detalhados como se segue:

	2015	2014
Juros obtidos		
Depósitos a prazo (Notas 12 e 18.3)	19.381	29.278

**17. RESULTADOS POR AÇÃO**

Os resultados básicos por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram determinados conforme se segue:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	22.107	652.365
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 11)	200.000	200.000
<b>Resultados básicos por ação</b>	<b>0,11</b>	<b>3,26</b>

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

**18. PARTES RELACIONADAS****18.1. Identificação de partes relacionadas**

A Sociedade é integralmente detida pela Santander AM, Holding, S.L. (Empresa do Grupo Santander).

**18.2. Membros do Conselho de Administração da Sociedade**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os membros do Conselho de Administração da Sociedade são: (i) Dr. Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina; (ii) Dra. Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas; (iii) Dr. Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva e (iv) Sr. José Manuel Neves.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 232.553 euros e 198.360 euros, respetivamente (Nota 14).

**18.3. Saldos e transações com partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade apresentava os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

	31-12-2015				31-12-2014				
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Santander Asset Management	Santander Tecnología y Operaciones	Total	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Santander Tecnología y Operaciones	Total
<b>Activo</b>									
Depósitos à ordem (Nota 4)	1.484.392	-	-	-	1.484.392	1.489.046	-	-	1.489.046
Caixa e depósitos bancários (Nota 5)	3.507.871	-	-	-	3.507.871	2.511.277	-	-	2.511.277
Outras contas a receber (Nota 9)	-	413.941	-	-	413.941	-	288.191	-	288.191
	<u>4.992.263</u>	<u>413.941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.406.204</u>	<u>4.000.323</u>	<u>288.191</u>	<u>-</u>	<u>4.288.514</u>
<b>Passivo</b>									
Credores por acréscimos de gastos (Nota 10)	-	-	(1.303.994)	-	(1.303.994)	-	-	-	-
<b>Rendimentos e gastos</b>									
Serviços prestados (Nota 12)	-	1.668.901	-	-	1.668.901	-	1.248.172	-	1.248.172
Fornecimentos e serviços externos (Nota 13)	-	-	(1.303.994)	(28.710)	(1.332.704)	-	-	(80.508)	(80.508)
Juros de depósitos a prazo (Nota 16)	19.381	-	-	-	19.381	29.278	-	-	29.278
Despesas bancárias	-	-	-	-	-	(194)	-	-	(194)
	<u>19.381</u>	<u>1.668.901</u>	<u>(1.303.994)</u>	<u>(28.710)</u>	<u>355.578</u>	<u>29.084</u>	<u>1.248.172</u>	<u>(80.508)</u>	<u>1.196.748</u>

**Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único**

Os honorários faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da Sociedade, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ascendem a 8.000 euros por serviços de revisão oficial de contas e a 12.000 euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

**19. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS****Justo valor**

No apuramento do justo valor dos ativos mantidos ao custo amortizado, com referência a 31 de dezembro de 2015, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor naquela data.

**Risco de crédito**

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de crédito. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 18.3).

**Risco de taxa de juro**

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *funding*.

**Risco de liquidez**

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Caixa e depósitos bancários" e "Outros depósitos bancários" ascendiam a 4.000.323 euros (aproximadamente 93% do ativo líquido) e a 3.307.361 euros (aproximadamente 92% do ativo líquido), respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta S.A. (Nota 20.3).

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Montantes expressos em Euros)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da Empresa depois de terem sido efectuados todos os ajustamentos necessários, e representam as demonstrações finais para o período objecto de exame.

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição ao risco de mercado.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem, depósitos a prazo e contas a receber denominados em Euros.



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da  
Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Sociedade") relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

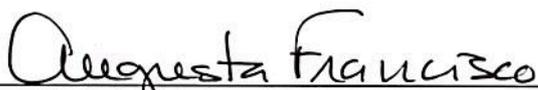
Acompanhámos a evolução da atividade e os negócios da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que inclui duas ênfases nos seus parágrafos 5 e 6.

Face ao exposto, com base no nosso exame e nos Relatórios de Auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativamente aos fundos de pensões geridos pela Sociedade, somos de opinião que, após consideração dos assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos Serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 31 de março de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de 5.599.138 euros e um capital próprio no montante de 4.145.893 euros, incluindo um resultado líquido de 22.107 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o nosso exame proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor (Nota 3).

## Ênfases

5. A Sociedade é responsável pela gestão de dois fundos de pensões (Nota 1). As demonstrações financeiras desses fundos em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual emitiu os respectivos Relatórios de Auditoria sem reservas. No entanto, o Relatório de Auditoria do Fundo de Pensões Banco Santander Totta inclui uma ênfase relacionada com o não cumprimento pelo Fundo do limite máximo de investimento em ativos imobiliários definido no seu Contrato de Gestão - 25% -, o qual em 31 de dezembro de 2015 representava 25,36%.

A nossa opinião, no que se refere ao potencial impacto nas contas da Sociedade de eventuais situações ocorridas ao nível dos fundos de pensões por si geridos, baseia-se unicamente nos Relatórios de Auditoria daquela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

6. Conforme mencionado em maior detalhe no Relatório de Gestão, no âmbito de decisões do Grupo Santander no qual a Sociedade se insere, é expectável que no decurso de 2016 venha a ser adquirida e objeto de fusão ao nível da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Estas operações estão sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia das Entidades Reguladoras.

## Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 31 de março de 2016

  
\_\_\_\_\_  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco